

NOVOS TEMPOS

JEAN LUSTOSA*

Na véspera da minha colação de grau do curso de Ciências Econômicas, no final de 1988, com muita alegria, soube que eu havia sido aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal - meu futuro estava garantido! Assim acreditava eu e pensavam todos que me parabenizaram pelo grande feito. Eu iria trabalhar numa Empresa Pública Federal!

Já transcorrida uma década, temperada por diversos planos econômicos, pela derrubada de reservas de mercado, pela introdução de novos modelos de gestão, tais como *qualidade total, reengenharia, downsizing, just-in-time*, dentre tantos, o desenvolvimento da indústria da informação, o fim da estabilidade no emprego somados à chegada da tão famosa globalização, o futuro garantido desaparecera.

Desaparecera não num passe de mágica. A profissão de bancário está desaparecendo junto com valores, crenças e paradigmas que as inúmeras mudanças que se processam no mundo moderno se encarregam de enterrar e nós não nos damos conta. Somos verdadeiros míopes quando negamos a existência das mudanças atuais.

Ao invés de resistirmos a tais mudanças, seria menos traumático se ficássemos "anteados" para o que está acontecendo ao nosso redor. Precisamos detectar possibilidades de sobrevivência nas tendências. Só garantiremos nossa permanência, enquanto empregados, se formos necessários às corporações, caso contrário, deixaremos de existir. Isto é a tradução de empregabilidade, termo que vem sendo muito difundido ultimamente. Urge que sejamos cada vez mais capacitados e qualificados, que sejamos empregados generalistas, que nos transformemos em indivíduos multi-mídia. Estes são atributos que garantirão nossa sobrevivência daqui para frente nesse louco mundo competitivo. Será que estamos preparados para esse novo tempo? Se não, não nos desesperemos por completo. Vamos fazer um *benchmarking* da sabedoria japonesa o *kaizen*, melhoria contínua, que afirma que podemos obter excelentes resultados se passamos a fazer uma pequena coisa de cada vez, dia após dia.

JEAN LUSTOSA é economista, empregado da CEF e coordenador do MBA em Marketing/PI

OS OBJETIVOS DA PRIVATIZAÇÃO

CLÉSIO RAMIRO DA SILVA LEITÃO*

Os sucessivos blecautes ocorridos no Rio de Janeiro recentemente, além de revoltarem a população, serviram também para reacender a discussão em torno do Programa de Privatização empreendido pelo Governo. Em certa ocasião a Light chegou a deixar os cariocas sem energia elétrica por nove horas ininterruptas, causando enormes prejuízos às famílias e aos comerciantes. Isto demonstra o total despreparo da empresa para atender a um pico de demanda que era de certa forma previsível, tendo em vista que as drásticas alterações climáticas provocadas pelo fenômeno El Niño no continente são de conhecimento de todos. Não restam dúvidas que, após a privatização, a Light fez consideráveis investimentos em sua rede de distribuição, mas a verdade é que eles não foram suficientes para este verão, não obstante a companhia haja distribuído R\$ 150 milhões em dividendos aos seus acionistas. Para completar, a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, aplicou à companhia uma ridícula multa de R\$ 2 milhões e o superintendente da Light, Sérgio Malta, resume-se a dizer que "Não dá para reconstruir um prédio destruído em apenas dezoito meses" - isto depende evidentemente do tamanho do prédio e da competência dos engenheiros.

Fosse este um caso singular, poderíamos dizer que ele nada acrescentaria para o debate, acerca das privatizações, que aqui se pretende estabelecer. Mas na realidade a Light não é a única no rol das ex-estatais que, após privatizadas, obtiveram resultados pouco satisfatórios, o que obviamente não é bom para uma economia que precisa crescer urgentemente. O setor siderúrgico, com a CSN privatizada, após um desempenho razoável no ano de 93, apresentou uma queda de 2,6% na produção de aço bruto no ano posterior, além de figurar entre os setores com menor taxa de rentabilidade no ano de 96, com

apenas 0,6% em relação ao patrimônio líquido. Isto sem falar no inesperado reajuste de preços do ano passado, que deixou muitos clientes furiosos. Poucos anos após a privatização os acionistas da Acesita já pensam em passar o seu controle para o Banco Icatu. Já a Embraer, por sua vez, amargou um prejuízo de R\$ 92,9 milhões no primeiro semestre do ano de 97. Tal prejuízo é 7% superior ao que já houvera sido registrado no mesmo período do ano de 96, revelando um desempenho abaixo do que deveria se esperar de uma empresa de bom nível tecnológico como a Embraer.

Diante de tais constatações não há como deixar de colocar em dúvida a utilidade das privatizações para a economia brasileira como um todo e até questionar se elas vêm sendo executadas com a seriedade

"O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar do Estado dívidas e custos operacionais..."

necessária. Antes de privatizar as companhias de eletricidade o Governo deveria primeiramente definir uma política para o setor. O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar o Estado de dívidas e custos operacionais, mas, antes de tudo, ele deve servir como instrumento alternativo para a implementação de políticas macroeconômicas de desenvolvimento, sobretudo nos setores de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista que o Estado encontra-se momentaneamente impossibilitado de empreender tais políticas. É de suma importância estabelecer nos contratos metas de investimento e produção, que deverão posteriormente ser cumpridas pelas concessionárias, a fim de que sejam evitados problemas como os que aconteceram no Rio.

Mesmo que possa trazer benefícios para a economia do país, a privatização das estatais não significa a cura para todos os nossos males. Para aqueles que acreditam não ser possível impor eficiência dentro das estatais podemos citar como exemplo o excelente lucro líquido de R\$ 69,9 milhões obtidos pela Teleceará no primeiro semestre de 1996, o qual elevou em 11,5% o patrimônio líquido desta empresa líder de rentabilidade entre as subsidiárias da Telebrás. No nosso estado o Banco do Brasil obteve no ano de 1997 um lucro de R\$ 12,7 milhões, um desempenho surpreendente para a administração central do banco e que colocou o Piauí entre os estados com maior lucratividade. O Assessor de Comunicação do BB no Piauí, Lúcio Brígido, afirmou que esta boa performance se deve, além do incremento da atividade produtiva no estado, à conduta mais austera do banco nas suas operações financeiras, a nível nacional. O mesmo também declarou que as metas do banco no estado para 98 são a implantação de um programa de auto-capacitação de pessoal e o desmembramento de algumas agências.

O que parece ser de maior relevância, em última análise, dentro desta discussão, é o fato de que devemos ter em mente, antes de qualquer coisa, a situação precária da intra-estrutura de nossa economia e a necessidade premente de investimentos. Qualquer processo de privatização que não tenha como principal objetivo suprir estas necessidades estará condenado ao fracasso. Além disto é preciso atentar também para a credibilidade do modelo de privatizações, que já anda abalada desde o leilão da Vale. As ações da Cesp já caíram 31,5% este ano em razão desta queda de credibilidade. Ou se adota um modelo de privatização sério e eficiente, capaz de produzir resultados positivos e concretos para a economia do país, ou então é melhor não privatizar mais coisa alguma.

CÍESIO RAMIRO DA SILVA MELÃO é aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.

Fluxo de dados: A estratégia da informação

*HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA**

Na onda globalizante da economia mundial é de primordial importância o conhecimento do terreno no qual se avança. O conhecimento minucioso do mercado, aliado ao domínio e a hegemonia da lógica capitalista, são fatores decisivos para a ampliação do controle do capital, por isso é tão disputado e figura na pauta das grandes corporações internacionais.

A garantia de conhecer amplamente os campos nos quais atuam, levam as firmas transnacionais a construir verdadeiros bancos de dados, onde o acesso, o controle, e a capacidade de análise agem sobre a vida, a dinâmica e os costumes dos países-colônias por elas explorados.

Pode-se dizer que está em curso mundial uma transferência, que odemos podermos denominar de "o domínio invisível", da maior quantidade possível de informações da vida nacional. Alguns países, como a França por exemplo, já perceberam essa arapongagem moderna, e movidos pelo sentimento natural de proteção detectou e suspendeu o tráfico indiscriminado do fluxo de dados, como ressaltou o ex-secretário da Comissão Francesa sobre Processamento de Dados e Liberdade, Louis Jonet: "Informação é poder e informação econômica é poder econômico. Informação tem valor econômico e a habilidade para estocar e processar certos tipos de dados pode dar a um país vantagem política sobre outros países". É a fragilização da soberania e a perda da atuação do poder público sobre as políticas nacionais.

A voracidade do capital internacional monitora em seus painéis todo o movimento econômico e social dos países escolhidos para a expropriação e transferências de riquezas.

O Brasil é terreno fértil para o crescimento e total inclusão do fluxo de dados transfronteiras, basta ver o modo como o atual governo fatia o setor das Telecomunicações. A privatização é ponto fundamental para a equipe

econômica, que ruga com o "inchaço" do setor público, e no entanto criamais postos e cargos na máquina, como a ANATEL, Agência Nacional que vai otimizar a desregulamentação do Sistema Telebrás, abrindo e facilitando o caminho para a privatização.

Com a institucionalidade que o Governo dá a esse processo, fica aberta a temporada de caça às mais preciosas informações. O País já se deparou com situações desse tipo. No final dos anos 70, o governo brasileiro exigiu que se trouxesse para o país a base de dados da empresa aérea Varig, que mantinha todas as suas reservas de passagens e todos os seus controles de vôos numa empresa americana no Texas. Mais recentemente, um escândalo deflagrou o perigo e a inércia das autoridades brasileiras, como o caso do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), onde novamente, outra empresa norte-americana expôs o interesse em mapear os recursos e a biodiversidade da reserva florestal brasileira.

Enquanto diversos países procuram formas e equações para solucionarem seus problemas, somos ameaçados pela pirataria informacional, que deleta nossa capacidade de avanço tecnológico e nos coloca no "processo irreversível" da desnacionalização.

No entanto haverá de se formar um movimento de resistência e de alternativas. Não se pode permitir que coloque na mesa negociadora um patrimônio que antes de pertencer ao Estado, pertence à Nação brasileira. É necessário uma ampla discussão visando um melhor esclarecimento sobre a questão, e a viabilidade de um projeto democrático, com a participação de setores da sociedade que estejam diretamente ligados ao campo das Telecomunicações, afim de que a população possa participar dos debates e dos encaminhamentos nas decisões sobre o futuro do País.

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA é aluno do Curso de Ciências Econômicas - UFPI e Sec. de Imprensa do C.A.